

# OFICINAS DE MUHIPITI

planeamento estratégico  
património  
desenvolvimento

organização:  
Walter Rossa  
Nuno Lopes  
Nuno Simão Gonçalves



# ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

Margarida Relvão Calmeiro  
Valdemiro Aboo

*Missão-encomenda previamente formulada*

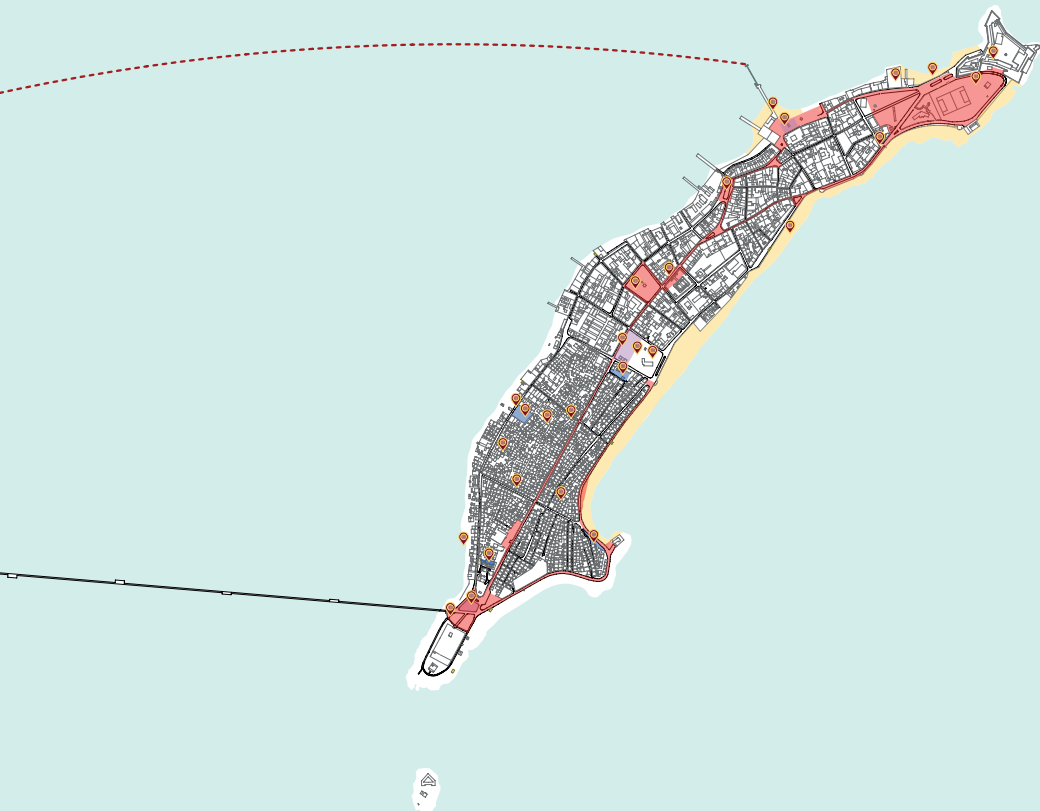
**E**sta oficina tem como missão proceder a uma avaliação (provavelmente através de uma análise SWOT) das dinâmicas em curso no espaço de relação territorial da Ilha, por forma a definir enquadramentos e ações estratégicas vitais, para que a oportunidade constituída pela instalação, em curso, do polo de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio seja potenciada para a definição e instalação da, há muito almejada, definição e implementação de um modelo que promova o seu desenvolvimento sustentado. É necessário conhecer as dinâmicas económicas locais existentes, como a pesca e o turismo, as características, pendularidade, tendências demográficas e da população residente, os rácios e características de visitantes, a localização ou deslocação de serviços e polos de atividade económica, etc. Define-se como resultados mínimos a atingir a definição sintética de um conjunto de ações (equipamentos, infraestruturas, serviços, etc.) e a sua priorização, devendo a indicação dos agentes e potenciais formas de financiamento para cada uma delas funcionar como teste preliminar à sua viabilidade. Dessa forma, os decisores locais poderão dispor de um quadro de referência para a definição das suas políticas



## 1. INTRODUÇÃO

Esta *oficina* teve como missão a definição de um conjunto exemplar de ações estratégicas suscetíveis de alavancar o desenvolvimento sustentado da Ilha, com base numa avaliação das dinâmicas em curso no seu espaço de relação territorial.

A Ilha de Moçambique, declarada Património da Humanidade em 1991, caracteriza-se por uma grande riqueza cultural, fruto de uma história que remonta ao século VII e inclui influências chinesas, árabes, indianas e portuguesas. Esta diversidade é visível nas tradições, usos e costumes, bem como na língua e no espaço construído. A Ilha está dividida em duas zonas de morfologia urbana claramente distintas: a *cidade de pedra e cal* e a *cidade de macuti*. A *cidade de pedra e cal* corresponde, grosso modo, à área ocupada pela primeira sede



da Colónia Portuguesa entre 1507 e 1898. Por sua vez, a *cidade de macuti* é a zona mais densamente construída e ocupada, por oposição a grande parte dos edifícios da *cidade de pedra e cal*, devoluta. Atualmente, pese embora a inscrição na Lista do Património da Humanidade, os vários estudos e projetos já produzidos e a execução de algumas intervenções estruturantes para a Ilha, existem ainda muitas debilidades, quer ao nível do edificado, quer das infraestruturas e equipamentos públicos. Neste sentido, procurámos definir uma estratégia de planeamento sensível à preservação do património existente, mas fundamentalmente capaz de fomentar o desenvolvimento sustentável, tendo consciência de que no curto espaço de tempo disponível não seria possível mais do que definir um conjunto de ações de valorização, desenvolvimento e projeção da Ilha, materializadas num conjunto de *15 Projetos Estruturantes*.



## 2. ENQUADRAMENTO E MÉTODO

O município da Ilha de Moçambique corresponde não apenas ao território insular, mas também a uma vasta área continental, que tem vindo progressivamente a ser ocupada por novos bairros residenciais, com uma base maioritariamente informal, mas servidos por alguns equipamentos. Para delinear uma estratégia de desenvolvimento integrado, é essencial abranger esse território, pelo que a área da intervenção é todo o Município da Ilha de Moçambique.

Numa primeira fase, foi desenvolvido o estudo de caracterização e diagnóstico do território. Este processo começou antes do início formal do *Oficinas*, com a recolha e análise de elementos documentais e cartográficos fornecidos pela organização e com o levantamento das dinâmicas económicas e sociais a partir da consulta das Estatísticas do Distrito da Ilha de Moçambique, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012).

Ainda nesta fase, mas já no âmbito dos trabalhos na Ilha, seguiu-se o reconhecimento efetivo do território, que incluiu o contacto direto com os secretários de cada bairro (figura que legalmente estabelece a articulação entre as entidades municipais e os habitantes de cada bairro), com representantes de algumas associações locais, nomeadamente a Associação dos Pequenos Empresários Hoteleiros da Ilha de Moçambique [APETUR], a Associação Cultural das Mulheres da Ilha de Moçambique [ACUMIM], a Associação Estrela Verde, bem como com alguns empresários de restauração, comerciantes, artesãos e guias turísticos. Complementarmente, foi sendo feita a caracterização urbanística, analisando-se os usos, as infraestruturas e os equipamentos. A concluir esta fase de caracterização, foi elaborada uma análise SWOT de forma a sintetizar e facilitar a leitura e comunicação dos dados apurados.

Este trabalho de reconhecimento direto do território e contacto com as comunidades proporcionou, a toda a equipa, a oportunidade de avaliar crítica e rigorosamente a área de intervenção fundamental para a fase que se seguiu: a definição de uma visão de futuro da Ilha e das respetivas linhas de intervenção estratégica.





## ANÁLISE SWOT

### PONTOS FORTES

- Inscrição na Lista do Património Mundial
- Riqueza cultural
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- Crescimento populacional e população jovem
- Prática de Associativismo nas Comunidades
- Património Material e Imaterial
- Diversidade de Paisagem
- Experiência de gestão de serviços urbanos (recolha lixo)
- Segurança

### PONTOS FRACOS

- Fraca promoção das potencialidades turísticas
- Fraca promoção das atividades culturais
- Défice de formação em grande parte da população
- Pesca artesanal e informal
- Comércio informal
- Deficiente distribuição de equipamentos
- Ausência de algumas infraestruturas
- Fraco dinamismo empresarial
- Fraca conexão entre a ilha e o continente
- Baixo aproveitamento dos recursos agrícolas

### OPORTUNIDADES

- Capacidade atrativa
- Exploração do turismo, praia e mergulho
- Diversificação das atividades económicas da população
- Valorização e aumento do alojamento local associado à Universidade
- Múltiplos acordos de cooperação

### AMEAÇAS

- Atividades turísticas em Nacala porto e Chocas Mar (Na Baía de Mossuril)
- Aumento do custo de vida da população da Ilha
- Tendência de deslocação das atividades económicas para o continente
- Fraca capacidade de investimento público-privado





### **3. A ILHA. SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO**

A Ilha de Moçambique é sede de um distrito municipal, por isso é sede das autoridades governamentais (Assembleia Municipal e Governo da Cidade) e administrativas (Conselho Municipal). Esta estrutura é dividida num modelo de liderança comunitária constituído por 9 cabos e 31 secretários de bairro (8 na parte insular e 22 na zona continental).

De acordo com o censo de 2007, a população do distrito era de 48.839 habitantes, dos quais 17.356 na parte insular (Governo do Distrito da Ilha de Moçambique, 2009). A língua mais falada é o emakhuwa e a maioria da população professa a religião islâmica, dividida em oito confrarias religiosas.

Os acessos à Ilha são feitos maioritariamente por via rodoviária, pela EN 105 que liga a ponte da Ilha à cidade de Nampula e Nacala. A ponte, constituída por uma única faixa de rodagem com várias bolsas de cruzamento, foi construída na década de 1960 e tem uma extensão de cerca de 3,5 Km. Antes da sua construção, as ligações eram feitas apenas por via marítima, a partir de um ancoradouro situado no Lumbo.



Hoje também é possível chegar à Ilha por via marítima, no entanto, apesar de alguns produtos ainda serem diariamente transportados dessa forma, este sistema de transporte não se encontra organizado e o antigo ancoradouro já não existe.

A rede de abastecimento público de água é assegurada por furos de captação situados na zona continental e é distribuída com uma rede de subsolo na *cidade de pedra e cal* e com um conjunto de fontanários públicos em toda a ilha. Não existe rede pública de saneamento. Na zona da *cidade de pedra e cal*, existem sistemas individuais de fossas sépticas, mas na *cidade de macuti* este sistema é raro, mantendo-se a fossa tradicional e a prática de fecalismo a céu aberto. O escoamento das águas pluviais é uma das maiores fragilidades da Ilha, sobretudo na *cidade de macuti*, por se encontrar abaixo do nível do mar. Numa tentativa de solucionar este problema, foi criado um sistema de valas de escoamento de águas pluviais e bombas de escoamento em alguns bairros (Esteu, Lithine, Areal e Marangonha). No entanto, essencialmente por razões de manutenção, não é eficaz. Existe distribuição de energia elétrica em toda a ilha, tendo a rede sido recentemente melhorada, apesar de persistirem deficiências.



Relativamente a equipamentos de saúde, existe um centro de saúde na parte insular, a funcionar no edifício do antigo hospital, e dois na parte continental, juntamente com um posto de saúde. O distrito conta com dezasseis estabelecimentos de ensino, sete escolas primárias de 1º grau, sete escolas primárias completas, uma escola secundária geral (1º e 2º ciclo), uma escola de ensino técnico profissional e, desde este ano, um polo da UniLúrio.



As principais atividades da Ilha estão ligadas ao mar, à pesca e à produção de sal, para além do comércio e de alguma atividade agrícola e pecuária. No entanto, e apesar do número de pessoas dependentes destas atividades, estas funcionam maioritariamente de modo familiar e informal, utilizando técnicas tradicionais. A pesca é desenvolvida pelos homens, com rede de arrasto com barcos à vela ou canoas, enquanto a apanha do marisco é geralmente efetuada por mulheres e crianças durante a maré baixa. Por isto, apesar da riqueza de peixe existente na zona, o volume de exportações é reduzido. De forma semelhante, o sal produzido nas salinas locais é maioritariamente vendido no mercado nacional e sem qualquer tipo de tratamento. Por sua vez, a agricultura existente é de reduzida dimensão e sobretudo de subsistência, incluindo o milho, a mandioca, a mapira, o arroz, a batata-doce, o feijão e as hortícolas (Governo do Distrito da Ilha de Moçambique, 2009: 26).



A produção pecuária tem oscilado, mas existem algumas criações de gado caprino, ovino e aves, com base numa exploração doméstica. Existem mais de 30 associações e cooperativas na Ilha relacionadas com os âmbitos económico, social ou cultural. No entanto, a grande maioria destas associações tem um desempenho muito condicionado pelas grandes dificuldades técnicas e económicas locais.

O turismo tem vindo a ganhar expressão. Em 2005 a Ilha tinha uma oferta hoteleira de 89 camas, em quatro anos este número subiu para 300, distribuído por 14 estabelecimentos hoteleiros ou similares (Governo do Distrito da Ilha de Moçambique, 2009: 25).



#### 4. ILHA. QUE FUTURO?

A estratégia que propomos assenta no reconhecimento da importância do território e do património cultural da Ilha. Se no passado as condições naturais permitiram que se desenvolvesse como entreposto comercial e como primeira capital de Moçambique, hoje este património natural, social e cultural deve ser potenciado para promover o desenvolvimento sustentado da Ilha e para a afirmar como centralidade com carácter e, assim, como marca. No entanto, carece do reforço das relações com e pelo mar, mas também com o território continental e entre as várias zonas que compõem a Ilha. Assim, propomos como lema-visão de futuro *Ancorar a Ilha*, ideia assente na valorização e na promoção da cultura do mar e da cultura local como fator de desenvolvimento e no reforço da coesão territorial, articulando, por um lado, o território insular com o território continental e, por outro, a *cidade de pedra e cal* com a *cidade de macuti*. Esta visão divide-se em três grandes objetivos estratégicos:

- 1) *Ilha como Casa*, que visa a melhoria das condições de vida das populações. Dentro deste objetivo, propõem-se: a) reforçar as ligações entre zona insular e zona continental; b) reforçar ligações entre a *cidade de pedra e cal* e a *cidade de macuti*; c) melhorar a qualidade de vida dos habitantes.
  
- 2) *Ilha como Património*, que visa a valorização e a promoção do património cultural. Dentro deste objetivo, propõem-se: a) valorizar e difundir a cultura local; b) desenvolver o turismo.





- 3) *Ilha com Futuro*, que visa o fomento do desenvolvimento socioeconómico e a valorização e proteção do ecossistema. Para concretizar este objetivo, propõem-se:
- a) valorizar a paisagem e a relação com o meio ambiente;
  - b) reforçar a capacitação e a participação.



De forma a facilitar a prossecução destes objetivos estratégicos, definimos *15 Projetos Estruturantes* que pretendem alavancar o desenvolvimento do território a partir da preservação e do aproveitamento dos seus recursos naturais e culturais:



### **01. Mais mobilidade**

Pretende-se a criação de um serviço regular de transporte público entre a Ilha e as principais cidades da Província, assim como a criação de uma ligação direta entre o aeroporto e a Ilha, considerada essencial para o desenvolvimento do turismo da Ilha.



### **02. Ligar a Ilha ao continente**

Propõe-se a criação de um serviço regular de transporte marítimo entre a Ilha e a zona continental, devidamente infraestruturado e sinalizado, localizado no local da antiga ponte cais. Esta medida permite o condicionamento da circulação na ponte, reservada apenas a residentes em datas

predefinidas, nomeadamente em períodos festivos. Exige, contudo, a criação de um parque devidamente infraestruturado, no bairro de Djambesse, para o estacionamento seguro das viaturas dos visitantes.



### 03. Rede de transportes públicos

Apesar da reduzida dimensão da Ilha, torna-se essencial dotá-la de uma rede de transportes públicos que facilite as conexões entre a zona sul e a zona norte e que possa ser facilmente utilizada pelo turista. Esta rede deve privilegiar a utilização do táxi bicicleta e do táxi mota. Para este serviço deverão criar-se três praças de táxis distribuídas pela Ilha: na zona sul, junto à ponte; na zona do mercado central; e na zona do pontão, junto ao museu.



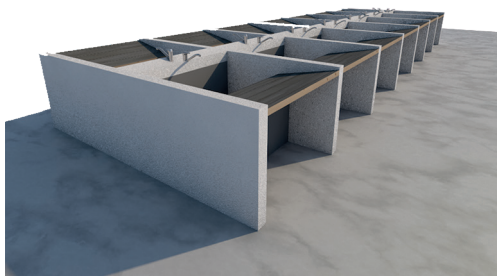
### 04. Habitar *macuti*, desenvolver *macuti*

Esta proposta parte da oportunidade que a instalação da FCSH introduz na Ilha, quer pela necessidade de alojar estudantes nalgumas casas *de macuti*, quer pela possibilidade de participar no programa “Um estudante uma família”. Este programa pretende que os alunos coloquem a sua aprendizagem em prática e ponham os seus conhecimentos ao serviço de uma família.



### 05. Ilha infraestruturada

Apesar de algumas melhorias, existem ainda deficiências nas infraestruturas da Ilha. Como mais urgente, propõe-se a execução da rede de drenagem de águas pluviais nos bairros que ainda não têm esta infraestrutura (Santo António, Macaribe, Sanculo, Murromone e Namalurgo).



### 06. Habitar comunitário

Como forma de melhorar a qualidade de vida da população da *cidade de macuti* e fomentar o sentido comunitário, propõe-se a criação de alguns serviços comunitários em espaços livres dos bairros. Estes serviços podem ser de vários tipos e carecem de uma definição posterior estudada de acordo com as necessidades da população, apontadas em cada bairro, nomeadamente lavadouros de roupa e estendais, zonas de estar ou desportivas, etc.

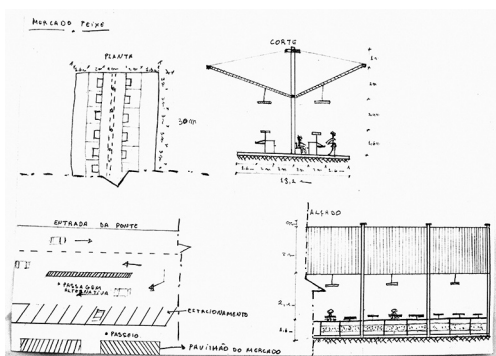


### 07. Ligar *pedra e cal e macuti*

As cidades de *pedra e cal* e de *macuti* estão desde sempre dependentes uma da outra. Hoje, a *cidade de pedra e cal* assume um carácter voltado para o turismo, enquanto a *cidade de macuti* concentra a maioria dos residentes, bem como a identidade e a cultura locais.



Neste sentido, pretende-se fomentar a articulação destas zonas através da criação de rotas turísticas que deem a conhecer a *cidade de macuti*, o seu artesanato, a sua música e a sua dança. Esta medida pretende também incentivar o comércio e a venda destes produtos ao turista.



## 08. Mercado do peixe

Atualmente, a maioria do peixe é vendido na zona continental. No entanto, não existe nesta zona um espaço infraestruturado para esta atividade. É desejável a criação de um mercado com as devidas condições higiénicas e sanitárias que permita a refrigeração do pescado e a sua venda.



## 09. Ilha empreendedora

De forma a auxiliar a ação das associações ou cooperativas na Ilha, propõe-se a criação de um gabinete para o apoio técnico, administrativo e jurídico que fomenta o seu trabalho, introduza novos modelos organizativos, soluções inovadoras de negócio e permita a divulgação do seu trabalho. Este gabinete deverá assumir um papel de destaque na capacitação dos pequenos empresários da Ilha e contribuir para a dinamização das pescas, das salinas e do turismo. Deve ainda potenciar a criação de novos produtos associados a estas atividades.



## 10. Ilha atrativa

Apesar da riqueza cultural da Ilha, consideramos que a sua divulgação não tem sido suficiente. Propõe-se a criação de uma agenda cultural que passe pela realização de uma feira mensal de artesanato e de gastronomia onde os produtos locais e regionais possam ser divulgados. Para a sua implantação propõe-se o espaço do *Centro Comunitário na faixa central da Ilha*. Consideramos ainda essencial a realização regular de, pelo menos, dois festivais por ano, que reúnam a música, a dança, o artesanato e a gastronomia. Para a sua localização é proposto o recinto da *Fortaleza*. Além destas ações, é fundamental a divulgação da Ilha nos meios turísticos e uma ação cuidada de *marketing*.



## 11. Uma praia melhor

Afigura-se fundamental a requalificação das praias (e ações de sensibilização à população sobre a importância da sua limpeza e manutenção), para além da requalificação dos sanitários existentes, a construção de novos, bem como de balneários de apoio às praias. Procurando garantir a fiscalização e a manutenção da limpeza das praias, propõe-se a concessão da exploração da vigilância e da limpeza das praias a investidores privados.



## 12. Desportos náuticos

Apesar da extensão da costa e da recorrente presença de barcos, a Ilha não tem um serviço para o aproveitamento turístico dos desportos náuticos. Consideramos que seria uma mais-valia para o desenvolvimento do turismo a criação de uma escola de vela e de remo. Para este efeito, propõe-se a ocupação de alguns antigos armazéns localizados junto à Praia da Fortaleza (*Carramo*).



## 13. Espaços públicos mais qualificados

Propõe-se a requalificação dos espaços públicos, em especial ao nível da iluminação pública e da pavimentação de algumas ruas, bem como a requalificação da zona onde decorre a feira semanal, junto à Igreja de Santo António.



## 14. Ilha mais verde

Face à progressiva redução do número de árvores na Ilha, propõe-se a rearborização das ruas da cidade, bem como a requalificação do Parque Verde junto à fortaleza e a criação de uma nova zona verde no Sanculo.





## 15. Reabilitação do edificado

O património edificado da Ilha encontra-se hoje muito degradado e carece de uma ação integrada de reabilitação, obstada pelas dificuldades financeiras ou pela falta de interesse dos proprietários, a que acrescem as debilidades humanas do GACIM que limitam a capacidade de fiscalização das obras de reabilitação e inviabilizam ações de gestão urbana mais extensas. Neste contexto e indo ao encontro das propostas do *Cluster da Cooperação Portuguesa*, propõe-se o apoio institucional ao GACIM.



## 5. NOTAS CONCLUSIVAS

Importa ressaltar que os projetos estruturantes e as opções estratégicas esboçadas por esta *oficina* resultam de um trabalho académico, limitado ao período em que decorreu o *Oficinas* e não constituem nenhum documento de planeamento. Pretendem apenas apontar algumas medidas e reflexões que poderão ser aproveitadas pelos poderes instituídos e, por essa via, convertidas em documentos legais. Pese embora, importa acentuar a validade e a pertinência dos objetivos definidos: o desenvolvimento da Ilha a partir da melhoria das condições de vida da sua população, do turismo e do desenvolvimento económico. A inscrição da Ilha na Lista do Património Mundial, em 1991 constituiu uma oportunidade de desenvolvimento que, no entanto, não teve ainda os efeitos desejados. A maioria da população vive em condições de extrema pobreza e não reconhece na inscrição qualquer benefício ou melhoria da sua vida. Muitas vezes sente mesmo o oposto, dadas as limitações impostas aos proprietários. Por outro lado, as entrevistas efetuadas revelaram que grande parte da população de *macuti* não está sensibilizada, nem reconhece o seu papel na valorização e conservação do seu património cultural. É necessário um trabalho de sensibilização, de envolvimento da comunidade e de reconhecimento do que é a identidade e a cultura locais, provavelmente alargando o que tem vindo a ser divulgado e promovido como património.

A implantação do novo polo da UniLúrio na fortaleza permite a articulação da academia com os poderes locais públicos e privados e pode/deve potenciar o desenvolvimento, não só da economia (pelas necessidades de alojamento, alimentação e abastecimento de bens para estudantes, professores e funcionários), mas também o desenvolvimento de projetos, planos, consultorias e ações que, de forma integrada, fomentem a utilização responsável dos recursos locais e do património cultural e promovam a melhoria das condições da Ilha, tanto para os que lá vivem como para todos os que a visitam.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARDUCCI, Guido (1998) *Ilha de Moçambique. Património Mundial. Um programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integral. Volume V- Legislação*. Paris: UNESCO-PNUD.
- GOVERNO DO DISTRITO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE (2009-2012), *Plano Estratégico de desenvolvimento distrital (com abordagem DEL incluída em abril de 2012) 2010-2014 (PEDD)*. Conselho do Distrito. Consultado a 30.06.2017, em: [https://issuu.com/artpublications/docs/pedd\\_ilha\\_de\\_mo\\_\\_com\\_del\\_incluido](https://issuu.com/artpublications/docs/pedd_ilha_de_mo__com_del_incluido)
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2015), *Estatísticas e Indicadores Sociais, 2013 -2014*, Maputo: INE.
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas do Distrito da Ilha de Moçambique. Novembro 2012*. Maputo: INE.
- UNITED NATIONS (2016), *Nova Agenda Urbana. Habitat III*. Quito: 17-20 october 2016. Consultado a 30.06.2017, em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>
- SANDREMAN, Carlos; SILVA, Sandra (2012), "Os clusters como instrumento da cooperação internacional portuguesa para o desenvolvimento, o caso da Ilha de Moçambique", *Working-Paper*, WP 104/2012. Consultado a 30.06.2017, em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-paper>